Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano V nº 105
26/10 a 8/11/2000
Contribuição R$ 1,50

Opinião SOCIALISTA

PALESTINA

VIVA A NOVA INTIFADA!

Correio Internacional

Veja nesta edição: suplemento especial do Correio Internacional analisa a nova rebelião palestina contra os massacres do estado sionista. É preciso apoiar a nova Intifada e desenvolver uma campanha internacional pela retirada das tropas de Israel dos territórios palestinos.

UNIFICAR AS LUTAS E CAMPANHAS SALARIAIS

Campanhas salariais e luta contra privatização do Banespa vão esquentar o mês de novembro. Mobilização no judiciário já arrancou vitória. Metalúrgicos, em campanha unificada, apontam dia 7 de novembro como data da greve. Pgs. 3, 6 e 7

FORA FHC E O FMI!

GREVE DA PM DE RECIFE É JUSTA E DEVE SER APOIADA! Pg. 5

GOVERNO MOVE NOVA CAMPANHA PARA DESTRUIR MST Pg. 4

ARGENTINA ESTÁ NA BEIRA DO ABISMO Pg. 11

ESPAÇO ABERTO

Chega de crimes e de criminosos em Mato Grosso. Há várias semanas o companheiro Sivaldo Dias Campos (Presidente do PT de Cuiabá e 1° suplente a vereador) vinha denunciando a compra de votos por vários candidatos a vereador de Cuiabá. Estas denúncias estavam sendo feitas em conjunto com o Movimento Cívico de Combate a Corrupção (MCCC).

No dia 9/10, a casa de Sivaldo, bem como a de vizinhos, no Jardim Industriário, foram fotografadas por elementos que estavam no interior de uma caminhonete vermelha e que até agora não foram identificados.

No dia 10/10, às 07:30 horas, três homens foram vistos próximos a residência de Sivaldo desde às 06:00 horas da manhã, conforme relato dos vizinhos. Entraram na casa e tentaram trancar a esposa de Sivaldo no quarto. Em seguida, deram dois tiros na cabeça de Sivaldo, com munição do tipo explosiva (que vistoriada por Luis Eduardo Greenhald, criminalista que acompanha o caso, está toda ranhurada por canivete, o que caracterizado crime de pistolagem). Os criminosos levaram seu carro, uma Parati ano 96 (batida durante a campanha à vereador) que foi abandonada a menos de 5 quilômetros. O que mais chama a atenção é que a única coisa levada do carro foi a pasta de documentos de Sivaldo e o rádio que estava quebrado a mais de um ano.

Quem tinha interesse em silenciar Sivaldo?

Sivaldo tinha entrevista marcada para novas denúncias relacionadas ao crime eleitoral. Pelas evidências expostas, julgamos que está caracterizado atentado criminoso por motivos políticos, e não podemos aceitar a hipótese levantada pelo Secretário Estadual de Segurança Pública, que em entrevista dada 3 horas após o ocorrido já colocou que era um latrocínio (assalto seguido de atentado a vida) sem qualquer conclusão de investigação policial.

Nós, militantes do Partido dos Trabalhadores, amigos e familiares de Sivaldo e organizações que defendem a democracia e a justiça, acreditamos que os beneficiados com a compra de votos nas últimas eleições, denunciados pelo MCCC, são os principais interessados em silenciar Sivaldo.

Exigimos que o Governo do Estado de Mato Grosso trate esse caso como crime político. Exigimos a prisão imediata dos executores e dos mandantes, bem como a condenação dos mesmos.

Chega de crimes e de criminosos em Mato Grosso

Junte-se a nós na luta por Justiça, solicitamos que as entidades mandem moções (que por enquanto serão centralizadas no e-mail de Carlos Barreto, carlao.b@zaz.com.br.

Já assinam esse texto: Amigos e familiares de Sivaldo, PT/Cuiabá, PT estadual, MST, Sintepcut, DCE – UFMT, CNTE, Adufma, Consulta Popular, Sessa/MT, Fetagri, Sated, DM PMDB, Diretório Regional PSTU, Sintect Senalba, CDDHH, Escola de fprmação par a Cidadania, IECLB, IR. Divina Providência, MCCC, SEEB-MT, Associação dos Procuradores MT, Sindal, Stiueg, Sintrago, Movimento de Luta Socialista, Enev.

Comitê pela apuração do atentado a Sivaldo e punição dos culpados

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
CEP 04040-030 São Paulo - SP
Fax: (11) 575-6093 **Email:** opiniao@pstu.org.br

Visite nossa página na internet: www.pstu.org.br

O QUE SE VIU

Khan Yones

Soldado israelense aponta fuzil para jovem palestino, na faixa de Gaza, em um dos inúmeros protestos da nova Intifada. Com uma pedra na mão, o garoto enfrenta o atirador do Exército.

O QUE SE DISSE

"Nada pode apagar a Intifada. Arafat não pode dar essa ordem, já que nada pode controlar o sentimento do povo palestino. Não pense que eu não tentei, inclusive com meu filho de 15 anos. Disse a ele para não voltar às ruas, mas não pude detê-lo."

Marwan Barghouti, um dos principais dirigentes do grupo Fatah (o mesmo de Arafat) e um dos líderes da nova Intifada em entrevista o jornal *El País* em 22/10/2000.

"O mais manso deles é um pitbull sem comer há sete dias."

Cabo Arnaldo Lima, um dos líderes da greve dos policiais militares de Recife, fala sobre a disposição dos grevistas. No jornal *Folha de S.Paulo*, em 21/10/2000.

"A verdade é uma só: nós sempre fomos e somos um país desigual."

Pedro Malan, ministro da Fazenda. E Malan quer perpetuar isso por mais 500 anos. Na revista *Isto É*, em 25/10/2000.

"Será que FHC conseguiria explicar porque se vendem ativos de geração que já estão pagos e dão lucro, em vez de se fomentar a construção de novas usinas geradoras com todos os riscos inerentes que deveriam caber ao capital privado? "

Francisco Soares, ex-conselheiro da Eletrobrás, que saiu por conta das maracutaias que estão sendo feitas para privatizar todo o setor elétrico. Na revista *Carta Capital*, 11/10/2000.

"O padrão tradicional da elite nacional é ter a poupança no exterior e ser desprovida de sentidos simbólicos."

José Arthur Gianotti, filósofo pró–FHC, ao comentar o episódio do Porsche importado, de US$ 225 mil, comprado pelo ministro Alcides Tápias. Na revista *Época*, em 23/10/2000.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.
CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Loefgreen, 909
Vila Clementino - São Paulo-SP
CEP 04040-030.
Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Wilson H. da Silva, Luciana Araujo

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo

EDITORIAL

Votar PT e organizar a luta

Quando fechávamos esta edição vivíamos a reta final da campanha do 2º turno das eleições municipais. A tarefa imediata e mais importante colocada para os trabalhadores em inúmeras cidades nesta semana é buscar levar o PT à vitória contra os candidatos da burguesia e da base governista. Ainda mais importante, no entanto, é preparar as lutas que se avizinham para depois das eleições.

Que ninguém se iluda, a vida vai seguir piorando. Hoje, várias medidas do governo contra os trabalhadores vivem um compasso de espera. O governo e toda a burguesia se uniram para abafar o escândalo EJ, seguraram várias medidas impopulares e até mesmo liberaram verbas para algumas medidas eleitoreiras, que foram acompanhadas de uma estrepitosa campanha de mídia para forçar uma campanha eleitoral municipalizada.

Infelizmente, o PT embarcou nessa campanha municipalizada e despolitizada, o que além de estar colocando inúmeras dificuldades para sua própria vitória no 2º turno não prepara e não organiza os trabalhadores para ir à luta e derrotar esse governo e o ajuste do FMI.

Depois do 2º turno, os trabalhadores vão sentir o estelionato eleitoral de FHC mais uma vez: vem aí aumento da gasolina, rasteira no pagamento do FGTS, privatização do Banespa e de outras estatais, um salário mínimo ridículo e arrocho salarial.

Essa é a lógica natural do ajuste do FMI, que agora vai cobrar um preço ainda mais alto e também mais rápido. A dependência do Brasil e a fragilidade estrutural das suas contas externas ameaça e pode, inclusive, levar o país a pegar uma pneumonia com os espirros da crise econômica e política argentina, com o aumento do preço do petróleo, com a crise do euro e, sobretudo, com a turbulência da economia americana.

Na outra ponta, os trabalhadores começam a se mexer: batalhões pesados da classe trabalhadora estão em campanha salarial, inúmeros setores do funcionalismo do Distrito Federal estão em greve, a PM de Recife também está em greve e os funcionários do Banespa têm greve por tempo indeterminado marcada para o próximo dia 31. Ainda no dia 31 os metalúrgicos do estado de São Paulo têm manifestação na porta da Fiesp na avenida Paulista e indicativo de greve para 7 de novembro.

Unificar essas lutas é decisivo. É decisivo também politizá-las e buscar unificar sua pauta. Os metalúrgicos devem aprovar em suas assembléias as exigências de não privatização do Banespa e realização de um plebiscito no estado de São Paulo para que o povo decida sobre a privatização ou não do banco. De outro lado, os banespianos devem também apoiar as reivindicações dos outros setores.

A CUT, por sua vez, deveria exigir um salário mínimo maior e não cair na reivindicação de R$ 180 de ACM. Pelo menos, exigir para já o mínimo apontado pela CNBB, ou 100% de aumento rumo ao salário mínimo do Dieese. Isso, evidentemente, exige levantar também a bandeira do não pagamento da dívida externa e suspensão do pagamento da dívida interna aos grandes capitalistas.

Nas lutas e com elas é hora de retomar o Fora FHC e o FMI, é hora de tirar essa bandeira do papel e colocá-la na rua, cumprindo assim a resolução dos Congressos que a votaram por unanimidade.

E dos futuros prefeitos do PT que forem eleitos, os trabalhadores devem cobrar que coloquem seus mandatos ao serviço das lutas diretas e em oposição frontal ao governo federal e ao projeto do FMI. Um bom começo, seria que os mesmos fizessem um plebiscito nas suas cidades – especialmente em São Paulo – sobre se devem ou não pagar a dívida do município.

EDITORIAL

Voto nulo no Rio e em BH

Nas cidades em que no 2º turno disputam dois candidatos da burguesia, a classe trabalhadora não tem alternativa. Nestes locais o único voto útil é o voto nulo. Em várias cidades, os trabalhadores não estarão na disputa. Duas delas, particularmente importantes por serem a segunda e terceira capital mais importante do país, exigiriam que todos os partidos vinculados à classe trabalhadora — especialmente o PT – e também a CUT e os sindicatos fizessem campanha pelo voto nulo.

É o caso do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. No Rio, Conde (PFL) e Cesar Maia (PTB), além de serem ambos de partidos da base de FHC, são mais do que farinha do mesmo saco. Conde foi o sucessor de Cesar Maia, como o Pitta foi de Maluf. Cesar, quando prefeito, foi aquele que defendeu jogar creolina nos pobres.

O PT do Rio, infelizmente, não optou pelo voto nulo, mas pela "neutralidade", pela "liberação" de voto da "militância". O que tem significado, por parte de muitos setores – principalmente por parte de Benedita da Silva – campanha por baixo do pano para Cesar Maia.

Em Belo Horizonte a disputa está entre Célio de Castro (PSB) e João Leite (PSDB). Aqui, o PT e PCdoB abstiveram-se de ter candidatura inclusive no 1º turno, para apoiar Célio. Aliás, PT e PCdoB participam há 4 anos do secretariado de Célio.

O governo Célio de Castro, porque governa para a burguesia, foi um dos mais truculentos contra as lutas e organização dos trabalhadores. Perueiros, camelôs, sem-teto. sentiram na pele o cacetete "democrático" de Célio. Protetor dos tubarões do transporte coletivo – Célio subsidia e banca o lucro seguro e sem risco deles.

Em plena campanha eleitoral neste segundo turno, Célio acaba de "perdoar" R$ 8 milhões de uma dívida da Telemar com a prefeitura. A dívida da prefeitura é religiosamente paga. Já o funcionalismo e os professores são tratados a pão, água e truculência: na última greve, além de cortar o ponto dos grevistas, Célio enviou os nomes das lideranças à Corregedoria para demití-los por justa causa.

Tão "progressista" e "oposicionista" é Célio, que no seu arco de alianças cabe até o PTN do Pitta e sua campanha é fartamente financiada pelas empresas de ônibus, empreiteiras e toda corja burguesa.

Os trabalhadores não tem nada a ganhar perdendo sua independência de classe, ao contrário só têm a perder em luta, organização, direitos e conquistas. O PT devia ter aprendido algo com seu apoio ao "progressista", "oposicionista" Garotinho, que está apoiando o PFL no Rio.

Julio Jacobina

RÁPIDAS

◆ **Jader Barbalho, senador (PMDB-PA), candidato à presidência do Senado**, aquele que tem 2 prédios comercias, 4 terrenos, 2 aviões, 3 emissoras de rádio, 1 jornal, 1 rede de televisão, 4 fazendas e 9.314 cabeças de gado, não conseguiu explicar como montou esse patrimônio, avaliado em R$ 30 milhões, com um salário médio de R$ 8.500 desde 1974. A reportagem de capa da revista *Veja* pode até ter detonado as pretensões de Jader e mostrou que o atual presidente do Senado e seu adversário na luta pela chefia da casa, o senador ACM, não é fraco não. Mas se a moda pegar vai ser divertido, quem sabe agora uma outra revista ou jornal não mostra os podres e o patrimônio do senador do PFL. ACM já se adiantou e disse que seu patrimônio não é segredo, é de "apenas" R$ 5,5 milhões. Será?

◆ Se há quem não tem porque se queixar dos anos 90 estes são os capitalistas. Segundo estudo do IBGE **a produtividade do trabalho aumentou, mas os salários caíram**, visto de outra forma, os lucros e a superexploração aumentaram. Entre os anos de 1991 e 1998 a produtividade da economia cresceu 2,5% ao ano em média. Mas a participação dos salários no PIB caiu de 45% (1990) para 37% (1999). Já os lucros, em relação ao PIB, cresceram de 33% (1990) para 41% (1999). Entre os setores onde mais cresceu a produtividade estão extração de petróleo, gás, carvão e combustíveis (11,73%), comunicações (10,53%), siderurgia (10,15%), automobilística (9,42%).

◆ O governo vai rediscutir com a chefia, ou melhor, com o FMI, a **meta de pagamento de juros da dívida pública este ano**. O governo paga esses juros com o chamado superávit primário, também conhecido por *economia de receitas para pagamento de juros*. A meta provisória acertada com o Fundo era de R$ 38,4 bilhões. Mas o governo tem que recalcular o superávit devido a revisão do PIB. O **valor estimado agora é de R$ 36,7 bilhões.** Ou seja, tudo o que o governo conseguir de superávit, às custas de cortes brutais nos gastos públicos, vai para os juros da dívida pública.

MST responde à campanha de FHC

Euclides Agrela,
da redação

Está a pleno vapor a orquestração de uma campanha política, que conta com o apoio da grande imprensa, para criminalizar as ações do MST. Ações como as ocupações de terras, prédios públicos e protestos em pedágios passam a ser tratadas como crimes comuns.

Como se isso não bastasse, assistimos nas últimas semanas a ampla divulgação pela mídia de que o MST cobra "propinas" dos assentados das cooperativas no valor de 3% do recebido por cada um em verbas públicas. Daí toda a imprensa brada escandalizada que o MST está envolvido em um grande escândalo de malversação do dinheiro público.

Com esta mesma tese, daqui a pouco o governo e a justiça vão processar os sindicatos dos trabalhares dos serviços públicos por cobrarem contribuição dos seus associados. É ridículo falar em desvio de dinheiro público, no caso do MST, por este cobrar uma taxa dos assentados, como todo sindicato cobra de seus filiados.

Parece incrível! Mas ao mesmo tempo em que envolve o MST "num grande escândalo" a grande imprensa, de uma só tacada, coloca em segundo plano o caso do TRT São Paulo e o fato do juiz Nicolau dos Santos Neto continuar solto e recebendo R$ 15 mil por mês dos cofres públicos. Os grandes meios de comunicação jogam para debaixo do tapete o fato desse escândalo ter atingido o ex-assessor da presidência da República, Eduardo Jorge. Do dia para a noite se esquece que em menos de 24 horas foram destinados R$ 1,6 bilhão de reais para a operação de salvamento do Banco Marka. E que, recentemente, o Itaú ganhou de "presente" o Banestado do Paraná.

Renato Benvenutti

Sem-terra voltam a ser atacados pelo governo

Movimento precisa de solidariedade

O governo FHC aumentou sensivelmente nos últimos anos a repressão contra os trabalhadores rurais sem-terra. Segundo relatório do próprio MST, no ano de 1999 foram assassinados cinco trabalhadores rurais ligados ao Movimento. Somente nos primeiros dez meses de 2000 foram mortos mais dez sem-terra. Também neste ano registrou-se o crescimento do número de prisões contra os trabalhadores rurais. Até o mês de setembro foram presos 258 sem-terra. Neste momento, ainda existem sete presos: seis em São Paulo e um no Paraná.

Enquanto sobram mortos e presos do lado dos trabalhadores rurais sem terra, assistimos no último período à absolvição dos oficiais da Polícia Militar envolvidos nos massacres de Eldorado dos Carajás e Corumbiara.

Mas a ação do governo FHC e dos governadores dos Estados contra o MST não limita-se ao aumento da repressão sobre àqueles que lutam pela reforma agrária e a absolvição dos seus assassinos.

O MST através de suas ações questiona a ordem de um Estado Democrático de Direito, que tem como principal objetivo proteger a propriedade dos grandes banqueiros, empresários e latifundiários. Ao não se dobrar à fraude das negociações e nem esperar a mudança do governo federal através das eleições, dando continuidade às ocupações de terra e prédios públicos, os sem-terra desafiam a democracia dos ricos que, ao não poder tratá-los como criminosos políticos, busca identificar suas ações com crimes comuns.

O movimento sindical, popular e estudantil não pode deixar o MST isolado frente a campanha de criminalização do governo. É necessária a realização de uma ampla campanha em defesa dos sem-terra, dos seus métodos de luta e da reforma agrária. (E.A.)

Entidades distribuem Manifesto de apoio

No dia 25 de Outubro, no Salão Nobre da OAB-SP, o MST concedeu uma coletiva à imprensa que contou com o apoio da própria Ordem dos Advogados do Brasil, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e da Confederação Nacional das Associações de Servidores da Reforma Agrária onde foi distribuído o Manifesto que publicamos abaixo alguns dos seus trechos.

"Ao desencadear coordenadamente uma ação repressiva e desmoralizadora contra o MST, o Governo Federal decidiu enfim abandonar o simulacro de reforma agrária, com o qual vinha se exibindo perante as autoridades políticas e religiosas no plano internacional.

Só no corrente ano, 10 integrantes do MST foram assassinados, enquanto processos criminais foram abertos contra 180 líderes do movimento. Ademais, seis militantes cumprem a inusitada pena de oito anos.

Não contente com isto, o Governo Federal acaba de condenar à miséria 250.000 famílias de lavradores já assentados, ou seja, mais de um milhão de pessoas, ao recusar-lhes em tempo hábil o indispensável crédito referente à safra 2000-2001. Foi somente em 20 de outubro, ou seja, depois de ultrapassada a época de plantio, que o Governo anunciou a liberação desse crédito. Trata-se, contudo, de um ardil. Tais recursos não são disponíveis na prática, porque as novas modalidades de crédito foram meticulosamente talhadas a fim de impedir que a grande massa dos assentados e dos pequenos agricultores tenham acesso ao dinheiro. Em razão dessa má-fé governamental, a CNBB, o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs e a Ordem dos Advogados do Brasil retiram-se da mesa de negociações.

Em reforço dessa ação repressiva, o Governo orquestrou, com a oportuna coadjuvação de jornalistas bem situados, uma campanha de desmoralização do MST, imputando aos seus dirigentes o desvio de recursos públicos em proveito próprio.

O objetivo evidente dessa operação estratégica é liquidar o MST, da mesma forma como foram liquidadas as Ligas Camponesas nos primeiros meses do regime militar.

O momento não comporta mais tergiversações. Os signatários estão seguros de que todos os partidos políticos decentes, todas as organizações religiosas e entidades de defesa dos direitos humanos irão mobilizar-se para repudiar o comportamento indigno do Governo Federal no episódio, e defender o direito à sobrevivência das famílias trabalhadoras de todo o Brasil."

Fábio Konder Comparato, Professor-USP; Milton Santos, Professor-USP; Plínio de Arruda Sampaio, ex-Deputado Federal Constituinte; Dom Tomás Balduíno, Presidente Nacional da CPT (Comissão Pastoral da Terra)

Greve enfrenta dura repressão do governo. PT e CUT não apóiam movimento

Rebelião da PM de Pernambuco é legítima

Joaquim Magalhães, de Recife

Os soldados, cabos e sargentos da PM e bombeiros de Pernambuco iniciaram na 5ª feira, dia 19 de outubro, uma massiva greve que surpreendeu a direção da Associação de Cabos e Soldados de Pernambuco (ACS), o governo Jarbas Vasconcelos, o PT, a CUT e o movimento popular.

Essa surpresa se deve principalmente ao afastamento completo por parte da CUT e do PT dos anseios dos policiais militares Desde julho ocorriam reuniões, pequenas passeatas e muita revolta contra os baixos salários, contra a jornada de trabalho e contra os novos rigores disciplinares impostos pelo governo Jarbas. Os policiais e bombeiros reivindicam o soldo base de 1 salário mínimo, sem perder as gratificações, o que elevaria para cerca de R$ 1 mil o salário bruto; redução da jornada de 24 por 72, promoção por tempo de serviço, fim das perseguições e punições sem defesa.

A direção da ACS esteve envolvida na campanha de Roberto Magalhães (PFL) à prefeitura e fez um acordo com Jarbas e os oficiais contra qualquer iniciativa de mobilização. Na assembléia anterior, a ACS tentou intimidar a base com a presença de oficiais e jogando ilusões de um acordo com o governador para janeiro de 2001.

Os oficiais reunidos em assembléias na segunda-feira, 16 de outubro, decidiram acatar todas as proposta do governo. O que seria uma ducha fria na greve serviu para aumentar a desconfiança na ACS e nos oficiais e se transformou em ódio e rebelião na assembléia geral do dia 19.

A surpresa

As manobras de Jarbas Vasconcelos, da ACS e do oficialato surtiram efeito contrário. Ao invés de uma pequena reunião, houve uma gigantesca assembléia com cerca de 6 mil presentes fardados e armados. Diante desta assembléia histórica a direção da ACS se viu derrotada e, junto com os oficiais, tentou muitas manobras para não votar a greve, e nenhuma outra proposta, e terminar o movimento com todos voltando prá casa. Irritados de tanta conversa, os soldados pediram a palavra e foram impedidos de falar. Um grupo se organizou, rompeu o cordão de isolamento, tomou o microfone e cedeu a palavra para a base. Um soldado furioso chamou os oficiais e a direção de traidores, propôs rasgar o acordo e convocou a todos para a greve. A assembléia o aclamou e explodiu a greve. Os oficiais foram impedidos de falar. A ACS não colocou a proposta em votação, mas para a massa a greve estava votada. A ACS tentou manobrar propondo confusos locais de concentração, mas os soldados gritaram em uníssono: Palácio, Palácio, Palácio! E a tropa tomou as ruas em direção ao palácio do governo.

A reação do governo

O governador estava em Fortaleza apoiando o candidato a prefeito do PMDB e imediatamente voltou ao Recife, pedindo a FHC a presença das Forças Armadas nas ruas e à justiça pediu a ilegalidade da greve. Emitiu notas na TV, rádios e imprensa escrita atacando a greve, com ameaças de demissão, cadeia e outros "rigores da lei". Não propôs negociar. Na própria sexta-feira, dia 20, a justiça atendeu tudo o que Jarbas queria: decretou a ilegalidade, a volta aos quartéis, punições e multas diárias de R$ 720 mil por dia para a ACS e determinou a volta de todos aos quartéis até às 7 horas da manhã da segunda-feira, dia 23.

Mas a greve se ampliou com novas adesões do interior e apoio de familiares. Houve a formação de um comando de base motorizado para correr todos os batalhões e aumentar a adesão. O governo passou a perseguir e tentar prender este grupo. A ACS afirmou que este grupo não tinha apoio da entidade e agia por conta própria.

A greve continua

Na terça-feira, dia 24, o governo publicou no Diário Oficial a relação dos 99 envolvidos em processo disciplinar e cerca de 200 em processo de abertura de demissão. Paralelo a essas medidas, formou um comando com oficiais, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal para reprimir e prender o comando motorizado. Um helicóptero da PRF localizou o comando em um piquete em frente da Secretaria de Defesa Social (SDS) e imediatamente começou a atirar. Várias viaturas cercaram os grevistas e atacaram com fuzis, revolveres e espingardas calibre 12. Neste ataque foram feridos 5 pessoas, 15 viaturas danificadas, 20 motos aprendidas e 24 PM´s presos e enviados para o presídio de segurança máxima Aníbal Bruno. Após as ações de guerra que a imprensa chamou de "tiroteio", os grevistas que escaparam da ação violenta se dirigiram ao palácio do governo, começaram a gritar palavras de ordens: *Fora Jarbas e Fora Iran!* (o Secretário de Defesa Social) e houve novo enfrentamento armado e o revide dos grevistas que se encontravam aos milhares na frente do Palácio.

O papel do PT e da CUT

Quando soube da assembléia o PT enviou os militares filiados para votar contra a greve foram envolvidos pela maré grevista e passaram a apoiar. A direção do PT e o seu candidato a prefeito João Paulo se declaram contra a greve com pomposo nome de "Inoportuna". Fizeram questão de veicular no seu guia eleitoral (o horário eleitoral gratuito na TV) as manchetes dos jornais com a sua posição oficial e insinuando que a greve era uma armação do PFL, já que o presidente da ACS foi candidato a vereador e apoiou Roberto Magalhães.

A CUT e os sindicatos filiados afirmam que a greve atrapalha João Paulo e proibiu os militantes de se dirigirem ao palácio ou concentrações de PM. O comando da campanha do PT queria retirar os adesivos de militantes do **PSTU** em apoio a João Paulo, em frente única com a direção da ACS, que não aceita "política" na greve.

A CUT sequer convocou um fórum para discutir minimamente as conseqüências da greve da PM, algo que toda a cidade discute. O **PSTU** foi a única organização partidária que declarou de forma nítida o apoio à greve e ao atendimento das reivindicações. Nós propusemos também a solidariedade para que não houvesse ações isoladas que pudessem confundir o movimento.

Até o fechamento desta edição, a greve prosseguia apesar da ofensiva repressiva desencadeada pelo governo.

Julio Jacobina

Passeata de policiais durante a greve

Apoio nacional à greve!

A greve dos policiais da PM de Recife precisa ter apoio nacional. Todos os sindicatos, entidades populares e partidos de esquerda não devem vacilar em encher de telegramas, faxes, etc a sede do governo de Recife exigindo abertura de negociações, o atendimento das reivindicações dos PMs e nenhuma punição aos grevistas.

A burguesia e seus editorialistas fazem um verdadeiro terrorismo contra as greves de soldados justamente porque como instituição, o conjunto das Forças Armadas tem como função central defender a propriedade, o estado, a ordem burguesa e reprimir a classe trabalhadora.

A contradição da burguesia é que a base das forças de repressão é composta de gente do povo, de filhos da classe trabalhadora. Em processos mais avançados – revolucionários – em geral as Forças Armadas se dividem e setores armados passam para o lado do povo. Se isso não ocorresse, jamais seria possível qualquer revolução. Ter uma política para aproximar os soldados do povo e das suas lutas, portanto, é o mínimo que se espera de uma esquerda revolucionária.

É inadmissível a postura do PT do Recife nesta greve. É inadmissível também o silêncio da CUT. Todo apoio à greve da PM de Recife! E cobremos deles reciprocidade, que se neguem a reprimir greves e manifestações dos trabalhadores.

Campanhas e lutas esquentam novembro

Wladimir Souza

Metalúrgicos podem parar dia 7

Luciana Araujo,
da redação.

As campanhas salariais e lutas (campanha salarial unificada de metalúrgicos, a dos petroleiros, bancários e correios, luta contra a privatização do Banespa) começam a esquentar e podem até desembocar em greves. Os metalúrgicos têm um indicativo de greve por tempo indeterminado para 7 de novembro. No próximo dia 31 haverá manifestações dos metalúrgicos de São Paulo, ABC, São José, Campinas e todo interior, na avenida Paulista. No mesmo dia, bancários, petroleiros e correios têm indicativo de paralisação nacional por tempo indeterminado. Os servidores do Judiciário Federal também estão mobilizados para que o Supremo Tribunal Federal reconheça o direito da categoria receber a diferença salarial de 11,98%.

Em todos os setores os patrões e o governo têm se negado a discutir as reivindicações dos trabalhadores e, no caso dos metalúrgicos, chegam ao absurdo de alegar que não têm condições de conceder reajuste. Segundo pesquisa do próprio Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (Ipea), divulgada esta semana, entre 1991 a 1998 os metalúrgicos do ABC aumentaram a produtividade em 75% enquanto o percentual de produtividade pago pelas empresas subiu apenas 6,05%. Os empresários do ABC ainda têm a cara de pau de afirmar que não podem dar aumento agora. No próximo dia 28 o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Região realizará uma assembléia para discutir o que fazer.

Agora é a hora de buscar um aumento real e os trabalhadores estão dispostos a ir à luta para garantir as reivindicações. Na Mercedes-Benz, os trabalhadores contratados por tempo determinado pararam a produção 100% no último final de semana em boicote às horas-extras. *"Fazer hora-extra agora é garantir o fundo de greve do patrão"*, afirma Emanuel Silva, metalúrgico de São Bernardo e presidente do **PSTU** local. Como resultado, a empresa marcou uma reunião com a comissão de fábrica para discutir as reivindicações da categoria. A pressão que os patrões estão fazendo para que os trabalhadores façam horas-extras é fruto de acordos fechados pelo Sindicato em junho passado. Mas agora para fortalecer as perspectivas da mobilização é fundamental unificar as lutas entre todas as categorias que estão na campanha.

"Unificar a mobilização"

O Opinião Socialista entrevistou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José e Região e membro da direção nacional do PSTU, Luis Carlos Prates, o Mancha, sobre a campanha salarial dos metalúrgicos.

Opinião Socialista – Qual a sua avaliação sobre as perspectivas da campanha metalúrgica, levando em consideração que há outras categorias importantes também em campanha salarial?

Mancha – Nesse momento estamos frente a uma luta pela unificação das campanhas, pelo reajuste de dois dígitos e a mobilização. O centro que vamos levantar agora é que a base decida através dos comandos de fábrica e por empresa. Nesse caso, não sabemos se a Articulação terá acordo, mas vamos brigar por isso. No próximo dia 31 vai acontecer um ato na Paulista com entrega do aviso de greve e é possível que haja uma greve por tempo indeterminado a partir do dia 7 de novembro. A mobilização está crescendo. Os petroleiros e bancários estavam meio em compasso de espera, mas agora, com a entrada dos metalúrgicos em movimento, o pessoal está se mobilizando ainda mais. Mas a patronal tem gordura para queimar e pode ser que tenha concessão.

OS – As empresas estão propondo no máximo 5% de reajuste. Qual a sua avaliação sobre as reais possibilidades de as categorias levarem o enfrentamento da campanha a uma vitória econômica dos trabalhadores?

Mancha - A campanha salarial se dá num quadro de alto grau de produção, o que leva a uma retomada das mobilizações depois de um período em que as empresas apertaram muito para aumentar a produção e enquanto houve também um crescimento do desemprego. Isso foi possibilitado também porque muitos dirigentes – ligados principalmente à Articulação Sindical – fizeram muitos acordos com a patronal por causa da política de parcerias. Frente à retomada das mobilizações e o crescimento da produção, os patrões firmaram quase que um pacto para não dar um reajuste que atingisse a inflação. Está assim com todo mundo (bancários, petroleiros, metalúrgicos). Por isso está sendo importante a unificação.

OS – Quais são as reivindicações da campanha metalúrgica?

Mancha – Aumento real de 10%, reposição da inflação e redução da carga horária para 40 horas semanais. Outra reivindicação importante, que faz parte da luta geral, é a reposição do FGTS.

OS – Como está sendo a postura da Articulação Sindical na CUT e da Força Sindical, que entrou na campanha salarial unificada?

Mancha – Até agora temos tido unidade. Essa campanha salarial tem duas possibilidades: detonar um processo de luta direta para conquistar nossa pauta ou aceitar um rebaixamento das reivindicações num momento em que é possível arrancar mais do que os patrões estão oferecendo. É possível consolidar uma campanha que arranque vitória. Nesse aspecto, a esquerda da CUT é quem vai ter um papel importante.

Mobilização no Judiciário derrota FHC nos 11,98%

Quando fechávamos esta edição, os servidores do Judiciário Federal em todo o país comemoravam a decisão do Supremo Tribunal Federal que, depois de seis horas de julgamento, reconheceu o direito dos trabalhadores receberem a diferença salarial de 11,98%. A decisão do STF, por 6 votos a 5, derrotou as ações diretas de inconstitucionalidade (adins) que o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, havia impetrado para reverter os julgamentos do Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar. Os três tribunais haviam reconhecido o direito dos servidores depois que os trabalhadores dos Tribunais Eleitorais de oito estados terem realizado paralisações. No TRE de São Paulo os servidores pararam duas vezes por 24 horas antes do 1° turno.

No último dia 19, o presidente do Supremo, ministro Carlos Veloso, retirou de pauta a votação das Adins alegando que a paralisação de 24 horas realizada pelos servidores do TRE de São Paulo, no dia anterior teria soado como uma forma de coação ao tribunal. Para Ana Luiza, diretora do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo e militante do *PSTU*, "a vitória foi maior porque conseguimos reverter a decisão do STF com a luta dos trabalhadores e quebrar a política de arrocho do governo FHC". *(L.A.)*

Todos contra a privatização!

Fábio Bosco,
ex-candidato do PSTU a prefeito de São Paulo e funcionário do Banespa

Neste final de ano está em jogo a principal batalha contra as privatizações. Fernando Henrique lançou o edital de privatização para realizar a venda do Banespa em 20 de novembro. O preço é irrisório: R$ 1,85 bilhão pelo controle acionário que representa um terço do capital total do banco. Vários ativos como os edifícios centrais (cartão postal de São Paulo) e a carteira de crédito em liquidação foram sub avaliados. Apesar da gestão desmonte do Banco Central, o banco continua lucrativo: nos três meses de 2000 lucrou R$ 676 milhões, atingindo um patrimônio líquido de R$ 4,8 bilhões e possuindo uma carteira de títulos públicos federais que atinge R$ 16 bilhões.

Uma rede de interesses ronda a privatização. O FMI quer o cumprimento dos acordos que já previam a venda do Banespa em 1999; os banqueiros internacionais querem aproveitar para entrar com força no lucrativo sistema financeiro nacional; os banqueiros nacionais querem impedir a entrada dos estrangeiros e abocanhar a fatia de mercado do Banespa; deputados e juízes aproveitam a controvérsia para negociar interesses com a equipe econômica; e os funcionários querem a manutenção do Banespa enquanto banco estatal mas com caráter público, ou seja, com controle da população e voltado para interesses sociais.

FHC opera contra o tempo. Tem que realizar o leilão até final de dezembro quando encerra o contrato com o Banco Fator, responsável pela avaliação do Banco. Caso contrário qualquer possibilidade de leilão seria adiada para final de 2001 ou mesmo 2002.

Na verdade, FHC está apertado pelas perspectivas sombrias na economia como a balança comercial negativa e a explosão das dívidas externa e interna, e pela derrota eleitoral nos grandes municípios. A privatização do Banespa é uma forma de retomar a iniciativa política e encerrar a questão.

Dia 31 tem greve

Desde a intervenção em dezembro de 1994, os funcionários realizam uma forte campanha contra a privatização, envolvendo vários setores. No Encontro Nacional dos banespianos realizado no dia 21, existiram duas estratégias. Venceu a proposta da principal corrente, a *Articulação*, que dirige a Associação dos Funcionários (Afubesp) e a maioria dos Sindicatos, e junto com a Federação dos Bancários de SP/MS/MT, defenderam greve no dia 31 exclusivamente pela renovação do acordo coletivo. A principal cláusula em questão é a garantia de emprego por 12 meses. Eles entendem que uma greve contra a privatização deve ser realizada às vésperas do leilão, com o objetivo de receber o futuro dono com o banco parado.

Já o bloco de Esquerda (*Articulação de Esquerda*, **PSTU** e independentes) defendeu a greve no dia 31 pelas duas bandeiras: contra a privatização e pela renovação do acordo coletivo, com o objetivo de fortalecer o movimento contra a venda do banco. Limitar a greve ao acordo coletivo limita sua amplitude e passa uma falsa idéia que a privatização é inevitável e que os funcionários só querem garantir seus direitos.

Na verdade a possibilidade de barrar a privatização se amplia com a paralisação das agências o quanto antes, pois a greve tem condições de canalizar o apoio da população em ações de massa nos principais municípios de São Paulo e na Assembléia Legislativa.

De qualquer forma a luta contra a privatização segue esta semana com vigília permanente na Assembléia Legislativa, e no dia 31 marcha para a Assembléia Legislativa, saindo da avenida Paulista a partir das 14 horas. A greve será definida em assembléias sindicais nos dias 25 e 30, à luz da resposta do banco sobre a renovação do Acordo Coletivo. O mais provável é a realização de forte greve a partir do dia 31, que necessitará do apoio da população para vencer.

Sérgio Koei

Manifestação de servidores do judiciário em SP

Greve vitoriosa em Brasília

Orlando Carielo,
de Brasília

A greve dos trabalhadores da limpeza urbana de Brasília — categoria onde trabalhava o militante Gildo da Silva Rocha, assassinado durante a greve pela polícia de Roriz — terminou com uma vitória significativa do ponto de vista econômico, considerada a conjuntura e o que o governador tem feito em outros movimentos. As maiores vitórias, entretanto, foram políticas:

1°) A greve significou a quebra da arrogância do governo, que na véspera obteve o retorno ao trabalho dos auxiliares da saúde com praticamente nada atendido. Mas no caso da limpeza urbana, houve garantia de emprego para as duas outras categorias que trabalham ao lado dos garis estatutários do Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana de Brasília (Salub) — os trabalhadores da "parceria popular" e do Instituto Candando de Solidariedade. Os da Salub terão as horas extras que realizam todos os meses incorporadas aos salários a partir de janeiro e o ticket alimentação aumenta quase 50%, passando para R$ 6,64/dia. Os da parceira receberão uma cesta básica mensal a partir de novembro. A votação, em assembléia com mais de 1000 trabalhadores, votou pelo acordo contra apenas um voto.

2°) Os trabalhadores superaram quase cinco anos de imobilismo, iniciados no governo democrático popular sob uma campanha cerrada dos chefes de então e de algumas lideranças, que recomendavam esperar o que o governo viesse a conceder, e continuada sob o governo de Roriz, que em campanha fez promessas demagógicas e conquistou o voto e a esperança dos garis.

3°) Os trabalhadores derrotaram o medo e as tentativas de intimidação de Roriz, inclusive o assassinato do companheiro Gildo da Silva Rocha no dia 6, nas primeira horas da greve. Fizeram piquetes fortíssimos, paralisaram todos os distritos regionais (quase vinte, ao todo), participaram das denúncias e homenagearam o companheiro durante a greve e no seu encerramento. Gildo foi realmente um companheiro importante na organização dos trabalhadores do setor, desde o início da década.

4°) A negociação final, intermediada pelo Procurador Geral do Ministério Público do DF, foi mais um fator de isolamento político do governo Roriz.

Alianças petistas vão deixar seus governos de rabo preso

Prefeituras do PT precisam ser de oposição a FHC

Euclides de Agrela,
da redação

Quando estes artigos chegarem às suas mãos estaremos no final de semana do 2º turno das eleições municipais. E, provavelmente, muitos dos nossos leitores lerão os mesmos somente depois da votação. No entanto, nos sentimos na obrigação de publicá-los, pois em várias capitais e principais cidades do país onde teremos 2º turno estão na disputa candidatos a prefeito pelo PT e pelo PCdoB contra candidatos dos partidos burgueses e da base governista.

O **PSTU** não se abstém diante da disputa entre um partido operário e um partido burguês. Estamos com todas nossas forças em campanha, fazendo um chamado aos trabalhadores e ao povo pobre a votarem nos candidatos do PT e do PCdoB. Mas, ao mesmo tempo, temos a obrigação também de dizer aos trabalhadores que não temos acordo com o programa, com a política de alianças e com a campanha que o PT e PCdoB estão fazendo. Temos a obrigação de alertar que o programa que o PT e também sua política de alianças, levará a que não se resolvam os graves problemas do nosso povo e, pior, pode vir a construir graves derrotas para os trabalhadores e um obstáculo para derrotar FHC.

Programa do PT não resolverá os graves problemas sociais

Em São Paulo, a derrota de Maluf fortalecerá a mobilização dos trabalhadores contra o desemprego, o arrocho dos salários e a miséria provocados pelos governos de Covas e FHC. Mas o **PSTU** alerta que o PT não deve realizar nenhum compromisso com Covas, Alckmin, Tuma e Erundina. Pois não é possível estar ao mesmo tempo ao lado dos trabalhadores e realizar um governo de conciliação de classes com aqueles que sustentam Covas e FHC.

Em Porto Alegre, estamos demonstrando que Alceu Collares do PDT nunca foi aliado dos trabalhadores. Mas cobramos do PT todo poder ao Orçamento Participativo, 100% deliberativo e com poderes políticos e administrativos acima do prefeito, Câmara e dos cargos de confiança.

Em Curitiba, o **PSTU** está na campanha do PT, mas não deixamos de denunciar a presença do PPS de Ciro Gomes na coligação que levou Vanhoni ao 2º turno e defendemos que nenhum compromisso seja feito com o PSDB e o PMDB para a composição da prefeitura.

Em Fortaleza, onde o **PSTU** está na luta para que Inácio Arruda do PCdoB derrote Juracy Magalhães do (PMDB), não deixamos de estranhar que a foice e o martelo da bandeira comunista não aparecem nem de longe e a cor da campanha seja o verde. Até agora o PCdoB e o PT evitam apresentar Juraci como o candidato de FHC, não aproveitando os altos índices de rejeição do presidente. O **PSTU** participou ativamente da campanha de Inácio, produzindo adesivos e panfletos com o slogan *"Contra burguês, Inácio dessa vez. Fora FHC e o FMI!"*. No comício do último dia 18, o nosso partido levantou a faixa "Inácio com os trabalhadores e sem burgueses. Fora FHC e o FMI".

Em Belém, Recife, Goiânia e demais cidades onde o PT possui candidatos a prefeito no 2º turno, os militantes do **PSTU** também participam da campanha para derrotar os representantes da burguesia e do governo FHC.

Mas em todas essas cidades não nos submetemos à campanhas moderadas do PT e do PCdoB e não abrimos mão de dar continuidade à luta pelo Fora FHC e o FMI, levantar a bandeira da independência de classe e defender um programa anticapitalista.

Luis Augusto

Debate entre os candidatos em Curitiba

La Costa

Campanha de Marta foi "light" até com Maluf

Moderação abriu espaço para ataques

Na reta final da campanha os candidatos do PT caíram nas pesquisas em praticamente todas as capitais gerando resultados e situações muito preocupantes pelo menos até o fechamento desta edição, 4 dias antes da eleição em 2° turno.

A tática dos candidatos burgueses e governistas foi mais do que atribuir ao PT e ao PCdoB a pecha de "baderneiros", e associá-los ao MST, às greves, à ocupação dos prédios públicos, bem como explorar temas comportamentais como em São Paulo. Os governistas passaram para a denúncia da inconsistência do programa petista. Maluf em São Paulo, bateu – com a maior cara-de-pau diga-se de passagem – tanto na questão do emprego, como tem chamado a derrotar a aliança PT/FHC.

Infelizmente, diante desses ataques, o PT manteve em geral uma linha política "propositiva", que prega a necessidade de governar com *"eficiência a máquina administrativa municipal"*. Não tem feito uma campanha sequer de oposição ao governo federal e de defesa das reivindicações. Sem falar que não identifica os candidatos governistas com os graves problemas sociais.

O programa apresentado pelos candidatos do PT segue restringindo–se à defesa da ética na política e à medidas sociais compensatórias, como a renda mínima; propostas que já foram até incorporadas pelo programa liberal–social do PFL. Mas, mesmo nesse marco, o PT nega–se a apresentar medidas enérgicas, sequer levanta a necessidade da prisão dos corruptos e corruptores ou a suspensão do pagamento da dívida do município, o que por sí só geraria grandes recursos para a realização de políticas sociais.

Nesta última semana (enfim!), as campanhas do PT ensaiaram responder aos ataques desferidos pela direita, identificando os candidatos governistas como corruptos e maus administradores, mas muito abaixo dos decibéis necessários. A verdade é que as alianças impõem um rabo preso ao PT. Em São Paulo, o preço do apoio de Covas é o PT não fazer nem a mínima crítica a FHC. Pior, José Dirceu não poupa elogios ao PSDB e ao governador que encarnaria as "forças democráticas" contra o "nazismo". Só que Covas – além de ser com FHC um dos maiores expoentes desse caos neoliberal instalado no país – periga estar mais torrado que Maluf junto à população.

O resultado do 1° turno das eleições demonstrou um voto de oposição, de repúdio à grave crise social por que passa o país, enfim, um voto contra FHC e os candidatos governistas. Espaço de oposição esse, que deveria ser aproveitado pelo PT, para alavancar uma campanha de rua pelo Fora FHC e o FMI. Mas a direção petista segue acreditando que a população votou no PT porque esperam eleger tão somente aqueles que vão governar com *"ética, competência e eficiência"*. Ledo engano.

Administrar "eticamente" a crise do capitalismo, vai significar penalizar os trabalhadores. (E.A.)

ELEIÇÕES *Partido representou esquerda classista e socialista no Amapá*

PSTU tem votação expressiva em Macapá

Elton Corrêa,
da regional Macapá e ex-candidato do PSTU a vereador

No dia seguinte a votação das eleições municipais boa parte da imprensa amapaense comentava o crescimento eleitoral do **PSTU**. Os mais de 3 mil votos obtidos (2,61%) pela candidata à prefeita do **PSTU**, Lia Borralho, 22 anos, deveu-se a uma campanha voltada exclusivamente para denunciar e exigir o fim do projeto neoliberal de FHC e de seu mandato.

A campanha eleitoral foi combinada também com a denúncia da fachada humanitária do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) desenvolvido há mais de 6 anos pelo governo de João Alberto Capiberibe/PSB com o apoio do PT. Esse programa foi um dos primeiros no Brasil a instituir a contratação de servidores públicos sem estabilidade no emprego. Denunciou-se também o ataque do atual prefeito Annibal Barcellos/PFL contra os servidores municipais, reduzindo em quase 30% o salário dos garis e fazendo uma verdadeira devassa em seus direitos trabalhistas a exemplo do fim da insalubridade e da periculosidade.

Outro aspecto importante da campanha foi a aparição constante de sindicalistas e de lideranças estudantis no horário eleitoral. Marcaram presença o Sindicato dos Vigilantes, Rodoviários, Servidores Municipais e Telefônicos.

Lia Borralho foi a única mulher a concorrer a prefeitura e teve seus programas centrados na luta contra a opressão e a exploração das minorias. Foram feitos programas específicos para denunciar o racismo e o preconceito com os homossexuais. Levantou-se a bandeira da legalização do aborto e da construção imediata de creches, lavanderias e restaurantes populares para libertar a mulher do julgo do lar.

Por muito pouco não conseguimos ter representação parlamentar na Câmara, pois o PT seguindo uma orientação nacional descredenciou uma possível aliança com o **PSTU**. Pior, impôs que o mesmo continuasse a ser vice do PSB, contrariando a deliberação da convenção municipal que decidiu sair com candidatura própria. O candidato a vereador do **PSTU**, Elton Corrêa, obteve 1,35% dos votos ficando em 11º lugar.

Essa espetacular votação nos candidatos do **PSTU** credencia o partido para intervir de forma mais audaciosa nas lutas sindicais e estudantis que, com certeza, virão após a vitória do candidato a prefeito do PSB, João Henrique, pois além de contar com o apoio do PT agora tem em suas fileiras o PSDB de Fernando Henrique.

A campanha portanto foi vitoriosa em todos os sentidos, primeiro porque mostrou que todos os políticos burgueses são farinha do mesmo saco, independente da sigla partidária. Segundo, porque o Fora FHC/FMI está mais popularizado e na consciência do povo, e por último, por termos praticamente dobrado neste período eleitoral o número de militantes do **PSTU** em Macapá.

Esquerda avalia campanha

O Opinião Socialista ouviu a avaliação de militantes e sindicalistas sobre o significado da campanha do partido em Macapá.

Edenilson Mendonça — vice-presidente do Sindicato dos Telefônicos

"Nós sindicalistas estamos mais fortalecidos para enfrentar a patronal e o prefeito que virá aí pela frente. Utilizamos o espaço cedido pelo PSTU na televisão para denunciar o que significou a privatização da Telebrás/Teleamapá, trazendo o desemprego, o péssimo atendimento e o aumento das tarifas. Após as eleições fomos procurados por companheiros de empresas terceirizadas que prestam serviços à Telemar com o objetivo de se filiarem e fortalecerem nossa causa. Isso é uma vitória."

Dorielson França – presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais — Sindicap

"Esse governo já demonstrou o que é capaz de fazer com o funcionalismo público estadual. Agora assumirá a prefeitura. Só a unificação das 3 categorias do funcionalismo nas ruas poderá barrar seus ataques e exigir aumento salarial. Com o PSTU sabemos que podemos contar."

Lia Borralho – Candidata a prefeita pelo PSTU

"O papel que a esquerda do PT (CST e FS) cumpriu nessas eleições foi nefasto. Se omitiram de apoiar nossa candidatura majoritária."

Crise institucional se alastra no Estado

Recentemente a Assembléia Legislativa do Estado, presidida por Fran Júnior/PMDB, entrou com o pedido de afastamento do governador Capiberibe (PSB) por 180 dias com a argumentação de haver suspeita de irregularidade na aplicação de recursos do Fundef.

Há alguns meses atrás Fran Júnior estava envolvido com a CPI do Narcotráfico e era acusado de construir uma pista de pouso particular com o dinheiro da Assembléia. Esse mar de lama envolvendo os pilares da "democracia burguesa" não pára por aí.

O mais engraçado de tudo isso é que no primeiro mandato de Capiberibe (PSB-PT) a Assembléia Legislativa Estadual andava de mãos dadas com os "paladinos" da honestidade governamental de hoje. Ambos os poderes articularam sem dó nem piedade um concurso público perverso que regulamentou a contratação de servidores temporários em regime de CLT. Os ataques prosseguem: o arrocho salarial e o fim do Instituto de Previdência Estadual foram ações dos dois poderes que sempre souberam conviver harmoniosamente.

O **PSTU** no Amapá está fazendo uma ampla campanha nas ruas distribuindo milhares de panfletos exigindo o *Fora Capi, Barcellos e Fran Junior!* Nossa ação visa denunciar a Assembléia Legislativa como uma "casa de negociatas", por isso chamamos a construção de um Fórum Popular que chame os trabalhadores e o povo às ruas e coloque na cadeia os corruptos confiscando seus bens. Somado a essas reivindicações exigimos *Eleições gerais já!* no Estado e defendemos um *governo dos trabalhadores* para acabar definitivamente com essa bandalheira. **(E.C.)**

Amapá: marcado pela cobiça

O Amapá, assim como, vários outros estados da Amazônia, sofreu um processo brutal de exploração de seu subsolo, extraindo por mais de 50 anos, milhões de toneladas de manganês. Essa produção ia direto para os navios imperialistas aportados na Serra do Navio. Com o esgotamento do minério, veio a demissão em massa de operários com até 30 anos de serviços prestados às multinacionais e a denúncia de uma contaminação ambiental sem precedentes.

Nas décadas posteriores o Estado se viu dominado política e economicamente por famílias poderosíssimas ligadas ao PFL e ao PMDB que se revezavam no poder.

Há 6 anos conformou-se uma frente do PSB e PT que governam o Estado (e a partir de agora, também a prefeitura de Macapá). De lá para cá os escândalos de corrupção não cessam. Para se manter no poder o governo cooptou grande parte das lideranças populares e aliou-se sem constrangimentos aos "inimigos" políticos tão detestados de outrora. (E.C.)

TEATRO *Iara, Camarada e Amante é parte da trilogia A Mulher na Resistência*

Peça mostra coragem e luta das mulheres

Cecília Toledo,
de São Paulo

O fato de a historiografia oficial insistir em deixar de lado a participação das mulheres nas lutas políticas, não significa que elas não tiveram (e têm) cumprido um papel ativo no combate dos trabalhadores contra o capitalismo. Relembrar essa história de um ponto de vista artístico é a proposta de *Iara, Camarada e Amante*, peça de Dulce Muniz que estréia no dia 27 de outubro, às 20h30, no Teatro Studio 184, em São Paulo.

O objetivo da peça não é contar a vida da militante política Iara Yavelberg, mas retratar um momento muito significativo em sua trajetória, quando ela conhece o capitão Carlos Lamarca, por quem se apaixona e segue com ele para o Vale do Ribeira, para lutar, de armas na mão, contra o regime militar que dominava, a sangue e fogo, o Brasil naquela época. Em 1971, ela vai para a Bahia e é assassinada pela polícia. "*É a história de um grande amor, como é Romeu e Julieta, e tantos outros, e como esses, também tem um fim trágico. A peça conta o último ano da vida de Iara, de 70 a 71, quando se resume de certa forma essa paixão que ela tinha pela vida, por estar ao lado de seu amor, porque Iara era uma mulher que gostava de amar, de se divertir e lutava com muita garra por suas posições pessoais*", conta Dulce Muniz, que conheceu Iara pessoalmente no final dos anos 60.

Atriz, diretora e dramaturga, Dulce Muniz conta que escreveu a peça baseada em sua própria experiência de ex-presa política, em 1970, e militante trotskista, que nos anos 80 participou da fundação do PT e da CUT e foi diretora do Sindicato dos Artistas e Técnicos de São Paulo ao lado da atriz Lélia Abramo.

A peça sobre Iara Yavelbert faz parte de uma trilogia escrita por Dulce intitulada *A Mulher na Resistência*, e que inclui outras duas peças: *Heleny, Heleny, Doce Colibri* e *Rosa, Camarada e Amante.* A primeira aborda a trajetória de Heleny Guariba, professora e diretora de teatro, assassinada em 71 por lutar contra a ditadura militar e cujo corpo está desaparecido até hoje. A segunda fala da grande lutadora e pensadora marxista polonesa Rosa Luxemburgo, assassinada pela polícia na Alemanha em 1919. *Heleny* tem estréia marcada para 17 de março e *Rosa*, 13 de junho do próximo ano.

Dulce vê uma ligação muito estreita entre as três mulheres, pois todas elas, a seu modo e a seu tempo, deram a vida pela causa da liberdade e do socialismo. "*As mulheres são capazes de grandes feitos, assim como os homens, mas ao contrário deles, elas costumam ser muito minimizadas; toda a participação delas é sempre esquecida, e, no entanto, elas sempre dão mostras de muita coragem e determinação*", diz Dulce.

Iara, Camarada e Amante é uma peça de época, com músicas e figurinos dos anos 70. Imperdível! Tanto para os que viveram aqueles anos loucos, quanto os que vieram depois. O enredo não discute o mérito político da luta armada. "*Isto é teatro, queremos apenas contar uma história, e se isso servir para que as pessoas se interessem pelos movimentos sociais, fico muito feliz*", conclui Dulce.

Alexandre Diniz

Elenco da peça Iara, Camarada e Amante

DENÚNCIA

Candidato do PSTU é demitido pelo Carrefour

Valdemar Soares,
de Natal

No dia 26 de setembro de 2000 Cherliton Saraiva, vice-presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da filial do supermercado francês Carrefour foi demitido por justa causa, baseada no artigo 482 da CLT. O supermercado francês acusa o vice-presidente da CIPA por crime de calúnia e difamação e esquece que três autos de infração lhe foram aplicadas nos últimos meses pela justiça trabalhista. Os autos de infração são por aumento da jornada diária de trabalho.

Saraiva ingressou com processo na Justiça do Trabalho afim de que seja readmitido e lhe paguem os danos morais. Um caso curioso é que o Carrefour abriu um processo criminal contra o cipeiro por calúnia e difamação, conforme a lei de imprensa em vigor (1967). Quatro dias antes de anunciar a sua demissão.

Cherliton foi candidato a vice-prefeito de Natal na chapa do **PSTU**. Além de ser cipeiro do maior supermercado da cidade estuda Matemática na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. No dia 6 de setembro foi ao ar o programa do **PSTU** no guia eleitoral sobre o imperialismo. O texto falava sobre os 500 anos de exploração, de Cabral a Fernando Henrique. E como exemplo de imperialismo, foi citada a rede francesa de supermercados Carrefour que, após três anos instalada em Natal, provocou o fechamento de vários mercados menores na cidade. O desemprego neste setor é preocupante e os empregados do Carrefour ainda dispõem de um sistema eletrônico de banco de horas.

No dia 1º de novembro será realizado mais um ato de protesto em frente ao Carrefour de Natal. O primeiro foi no dia 7 de outubro.

Além disso, está sendo desenvolvida uma campanha para impedir que Cherliton seja condenado. Um abaixo-assinado está circulando na cidade. Envie faxes exigindo a readmissão de Cherliton e a redução da jornada de trabalho para:

Carrefour:
fax (0xx84) 204 2001
Juiz da 4ª Vara Criminal
Dr. Francisco Saraiva
fax (0xx84) 211-4781
com cópia: (0xx84) 212-2314, aos cuidados de Rose

ARGENTINA *Nem pacote de governo anima os capitalistas*

Crise cresce e abala o Brasil

Daniel Luna

Manifestações de trabalhadores argentinos contra o governo e o desemprego

Ge Souza,
da redação

A lua-de-mel entre a Frepaso e a UCR – base de sustentação do governo argentino, durou até o último dia 6, quando Carlos Alvarez renunciou à vice-presidência em protesto contra a reforma ministerial anunciada por De la Rua na véspera. Alvarez é líder da Frente País Solidário (Frepaso) – o aliado do partido de De la Rua, a União Cívica Radical (UCR). A aliança não só garantiu a vitória de De la Rua nas eleições de outubro passado como a maioria na Câmara dos Deputados. O Senado é controlado pelo Partido Justicialista (ou Peronista) da oposição.

Criticado pela sua falta de iniciativa, para fazer frente a 26 meses de recessão e um escândalo de corrupção no Senado, De la Rua decidiu renovar metade de seu gabinete. Mas, para provar que não governava sob pressões, o presidente optou por manter os dois homens envolvidos no escândalo denunciado por Alvarez: o governo é acusado de ter comprado votos de onze senadores para garantir a aprovação de leis trabalhistas, consideradas essenciais pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Um dos dois suspeitos, o Secretário-Geral da Presidência, Alberto Flamarique, renunciou no mesmo dia que Alvarez, a pedido de De la Rua. O chefe da agência de inteligência (Side), Fernando de Santibañes, pediu demissão no dia 20 de outubro.

Dias depois, também a pedido de De la Rua, o senador José Genoud, renunciou à presidência do Senado. Segundo na linha de sucessão, depois da saída do vice, ele tinha sido apontado por Alvarez como um dos corruptos.

Com a renúncia de quatro acessores importantes, a crise política acabou afetando a economia. Essa semana, o índice Merval da Bolsa de Comércio de Buenos Aires (usado para medir o desempenho das empresas líderes) sofreu a sua maior queda em um ano. Ao mesmo tempo, o risco de investimentos no país atingiu seu nível mais alto.

Começaram a circular rumores que o ministro da Economia, José Luis Machinea – justamente a pessoa que De la Rua fez questão de fortalecer na sua reforma de gabinete – estava por cair. E que o peso argentino, ancorado ao dólar norte-americano desde 1991, seria desvalorizado.

Após sua saída do governo, o ex-vice presidente, Carlos Alvarez, criou o *Movimento Participação Cidadã*, selando de vez o seu rompimento com o governo. Alvarez foi indagado pela imprensa sobre a reunião que fez com De La Rua para tentar contornar a crise política argentina. Respondeu, que mesmo fora do governo irá "*fortalecer a figura do presidente*". "*Vou colaborar em tudo que estiver ao meu alcance e ajudar a recompor a Aliança (Frepaso e UCR). Porém, trabalharei para organizar um movimento de cidadãos para a luta contra a corrupção*", acrescentou. Os analistas argentinos acreditam que este Movimento lançado por Alvarez servirá de base política para a sua candidatura à presidência do país em 2003.

Abalos na bolsa e queda do Real

A crise econômica argentina provocou uma nova queda do real em relação ao dólar e da Bolsa no dia 25. A cotação do real, em relação ao dólar, atingiu sua maior alta desde novembro/99, sendo cotado a R$1,98 Os analistas financeiros afirmam que a nova queda do real está diretamente relacionada com a crise argentina.

A situação argentina está afetando diretamente o Brasil, o segundo maior sócio comercial da Argentina.

Para o operador de câmbio do Liberal Assat Management, José Alfredo da Justa, "*o mercado argentino parece ter melhorado um pouco hoje, mas o país está em processo de deterioração. A situação macroeconômica é muito difícil*". O governo argentino anunciou esta semana um pacote de emergência para revitalizar a economia, mas não conseguiu convencer os investidores da Bolsa de São Paulo, que voltou a cair no dia 25.

Para o governo brasileiro, as medidas de choque anunciadas pelo governo argentino são boas e podem reativar a economia, que registra uma das maiores recessões dos últimos anos.

Ao que parece, o "otimismo" dos governantes brasileiros não é compartilhado por ninguém, a julgar pela queda da Bolsa e a alta do dólar aqui no Brasil, e muito menos na Argentina, onde a crise parece que vai longe.

DENÚNCIA

Militantes do PSTU são ameaçados

Caros camaradas

O companheiro Atnágoras, militante do PSTU, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e membro da Executiva da CUT-PA vem sofrendo ameaça de morte de pessoas (empreiteiros) ligadas a Construtora Village em virtude de, junto com toda direção do sindicato dos trabalhadores da construção civil, desenvolverem atividades no sentido de garantir os direitos dos trabalhadores, visto que nos canteiros de obra desta construtora há anos o sindicato presencia e denuncia a existência de inúmeras irregularidades, dentre elas a falta de assinatura da carteira de vários trabalhadores.

Empreiteira truculenta

Nos últimos dias, quando o sindicato iria iniciar uma fiscalização em uma das obras da referida construtora, o secretário-geral do sindicato companhiero Manoel (militante do PCdoB) foi violentamente espancado pelo segurança e um empreiteiro da obra (Sr. Alcides) que impediram a fiscalização. No dia seguinte a empresa "orientou" todos os seus funcionários a entregar carta de desfiliação ao sindicato e ainda "mobilizou" todos os trabalhadores de suas obras para ocupar o sindicato e exigir que nossa entidade retirasse toda e qualquer denúncia contra ela enviada à DRT-PA. Nesta ocupação um dos empreiteiros da construtora, Sr. Edivaldo Pinheiro Costa, tentou por duas vezes agredir o companheiro Atnágoras, chegando a empurrá-lo e verbalmente proferir "Meu problema é contigo, vou te acertar", em seguida telefonou ameaçando de morte tanto o Atnágoras como o companheiro Rui que também é diretor do sindicato e militante do PSTU.

Repudiar as ameaças

Diante do exposto solicitamos aos companheiros e companheiras do movimento sindical, popular, estudantil e partidário que enviem notas de repúdio à Construtora Village Com. e Ind. Ltda para o endereço:

Construtora Village Com. e Ind. Ltda
Av. Amte. Wandenkolk, nº 1243, sala 205
Belém-PA (Brasil)

CAMPANHA

Entidades exigem apuração do assassinato de Gildo

Há mais de uma semana do covarde assassinato do sindicalista e militante do **PSTU**, Gildo da Silva Rocha, ocorrido na madrugada do dia 6 de outubro, em Brasília, a Policia Civil tentar abafar e desviar o inquérito policial com afirmações mentirosas, de que o sindicalista teria atacado a tiros os policiais que o mataram e que ele estaria portando drogas. Estas mentiras estão sendo usadas para encobrir a realidade dos fatos e impedir que os culpados sejam punidos.

Gildo da Silva foi assassinado por participar de um piquete da greve dos trabalhadores do serviço de limpeza pública de Brasília onde ele era dirigente sindical há sete anos. Quando foi morto, Gildo vestia a camiseta do **PSTU**. O presidente do Sindicato dos Servidores, Francisco Alves, declarou para a imprensa que o crime foi uma autêntica execução.

Mas o movimento sindical e popular está se mobilizando para impedir que este segundo assassinato de trabalhador, levado a cabo pelo governo Roriz, fique impune (no ano passado, a polícia de Roriz matou um trabalhador da empresa Novacap, durante greve da categoria).

Também cresce a campanha internacional para exigir a apuração do crime. Até o fechamento desta edição, mais de 60 mensagens de entidades, sindicalistas e dirigentes políticos de vários países do mundo haviam sido enviadas a Brasília.

Começou também a circular pelos sindicatos em todo país um abaixo-assinado que exige a apuração e a punição dos assassinos. Na semana que vem sairá um cartaz da campanha.

Além da pressão do movimento é necessário acompanhar as investigações. A CUT contratou o advogado Luís Eduardo Greenhalg e o seu escritório para o acompanhamento do inquérito policial.

Solidariedade à família

Militantes do PSTU e ativistas do movimento sindical formaram um Comitê de Solidariedade à família de Gildo. Pois a esposa e os dois filhos do sindicalista assassinado estão passando por enormes dificuldades financeiras. Gildo tinha dois empregos para manter a família, e agora eles terão que viver com o miserável salário que ela recebe na Salub, onde ela trabalha também, até que a pensão a que tem direito seja liberada pelo inventário, que deve demorar de dois a quatro meses.

E como se não bastasse toda esta grave situação, seu filho de um ano pegou pneumonia. Sem outras alternativas, a companheira esta recorrendo a ajudas individuais.

O Comitê de Solidariedade iniciou uma campanha de arrecadação de fundos para ajudar a família de Gildo, junto às entidades sindicais, associação de trabalhadores, entidades do movimento estudantil e até mesmo contribuições individuais. As doações que forem feitas devem ser enviadas para a conta do Banco do Brasil número 8886-2, agencia 2863-0 Conjunto Nacional, em nome de Gleicimar de Souza Rocha. O informe do depósito devem ser enviados para a CUT/DF pelo e-mail cutdf@brnet.com.br

Continue enviando mensagens

Joaquim Domingos Roriz
Governador do Distrito Federal
Palácio do Buriti – Praça do Buriti
70075–900 Brasília – DF
Fone: (61) 448–1515
Fax: (61) 448–1698
E-mail: gabgov@buriti.df.gov.br

Athos Costa Faria
Secretário de Segurança Pública do DF
SAN Conj. A – Bl. A
Ed. Sede da Seg. Pública – 4° andar
76620–000 Brasília – DF
Fone: (61) 314–8200
Fax: (61) 314–8314
E-mail: gabinete@ssp.df.gov.br

Luís Antônio Teles Flores
Diretor do SALUB – Serviço de Ajardinamento e Limp. Urb. de Brasília
SEP/Sul 702/902 Ed. Lex – Bl. A – 2° andar
70390–025 Brasília – DF
Fone: (61) 321–0107
Fax: (61) 322–3775
E-mail: salub@salub.df.gov.br

Dr. Geraldo Brindeiro
Procurador–Geral da República
SGAS 603 – Lote 23 – 2° andar
70200–901 Brasília – DF
Fone: (61) 313–5115
Fax: (61) 223–6119
E-mail: gbrindeiro@pgr.mpf.gov.br

Com cópia para:

CUT – Distrito Federal
Fone: (61) 225–9374
Fax: (61) 321–7401
E-mail: cutdf@brnet.com.br

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
Fonefax: (11) 5573–3515 / 5575–6093 / 5084–2982 / 5539–1049
E-mail: pstu@pstu.org.br

Aqui você encontra o PSTU

Sede Nacional: R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - F. (11) 5573.3515 / 5575.6093 - pstu@pstu.org.br

Alagoinhas (BA): R. Alex Alencar, 16 - Terezópolis

Aracaju (SE): R. Acre, 2309 - Siqueira Campos

Bauru (SP): R. Treze de Maio, 7/40 - F. (14) 223.2219

Belém (PA): R. Domingos Marreiros, 732 - Umarizal - F. (91) 225.3177 - belem@pstu.org.br

Belo Horizonte (MG): bh@pstu.org.br - Floresta - R. Floresta, 82 - F. (31) 461.3663 - Barreiro - Av. Afonso Vaz de Melo, 249

Brasília (DF): CONIC - Setor Diversões Sul - Ed. Acropol - S. 402 - 2° andar - F. (61) 225.7373 - brasilia@pstu.org.br

Campinas (SP): R. Dr. Quirino, 651

Curitiba (PR): curitiba@pstu.org.br

Diadema (SP): R. dos Rubis, 359 - diadema@pstu.org.br

Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - F. (48) 223.8511 - floripa@pstu.org.br

Fortaleza (CE): Av. da Universidade, 2333 - F. (85) 221.3972 - fortaleza@pstu.org.br

Goiânia (GO): F. (62) 212-0326

João Pessoa (AL): Rua Duque de Caxias, 186 - joaopessoa@pstu.org.br

Macapá (AP): Av. Antônio Coelho de Carvalho, 2002 - Sant1, a Rita - F. (96) 9963.1157 - macapa@pstu.org.br

Maceió (AL): R. Inácio Calmon, 61 - Poço - F. (82) 971.3749

Manaus (AM): R. Emílio Moreira, 821- Altos Centro - F. (92) 234.7093 - manaus@pstu.org.br

Natal (RN): Av. Rio Branco, 815 - F. (84) 201.1558.

Niterói (RJ): R. Dr. Borman, 14/301 - Centro - F. (21) 717.2984

Nova Iguaçu (RJ): R. Cel. Carlos de Matos, 45

Ouro Preto (MG): R. São José, 121/304 - Ed. Andalécio

Parnavaí (PR): Rua K, 92 - Jd. Campo Belo

Passo Fundo (RS): R. Tiradentes, 25

Porto Alegre (RS): R. General Portinho, 243 - F. (51) 286.3607 - portoalegre@pstu.org.br

Recife (PE): R. Leão Coroado, 20 - 1° andar - Boa Vista - F. (81) 222.2549

Ribeirão Preto (SP): R. Monsenhor Siqueira, 711 - Campos Elíseos - F. (16) 637.7242 - ribeiraopreto@pstu.org.br

Rio Grande (RS): F. (53) 9977.0097

Rio de Janeiro (RJ): Tv. Dr. Araújo, 45 - Pç. da Bandeira - F. (21) 293.9689 - rio@pstu.org.br

Santa Maria (RS): F. (55) 9982.3270 - santamaria@pstu.org.br

Santo André (SP): Rua Adolfo Bastos, 571 - Vila Bastos - F. (11) 9168.2057 / 9168.2205 - santoandre@pstu.org.br

São Bernardo do Campo (SP): R. Mal. Deodoro, 2261 - F. (11) 4335.1551- saobernardo@pstu.org.br

São José dos Campos (SP): Av. Dr. Mário Galvão, 189 - F. (12) 341.2845

São Leopoldo (RS): R. São Caetano, 53

São Luís (MA): F. (98) 238.4068 / 9965-5409 - saoluis@pstu.org.br

São Paulo (SP): saopaulo@pstu.org.br - Centro: R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - Paraíso - F. (11) 5572.5416 - Zona Sul: R. Ten. Cel. Carlos Silva Araújo, 181 - S. 15 - Santo Amaro - Zona Leste: F. (11) 6944.3128

Terezina (PI): R. Firmino Pires, 718

Uberaba (MG): R. Tristão de Castro, 127 - F. (34) 312.5629 - uberaba@pstu.org.br

Nosso e-mail: pstu@pstu.org.br

Nossa página na internet: www.pstu.org.br